



MUNICÍPIO DE VILHENA
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER JURÍDICO nº 071/2026/PGM

DE: PGM

PARA: SEMUS

1. RELATÓRIO

Consta nos autosmemorando nº 040/2025/GEP/SEMUS, documento de formalização da demanda, estudo técnico preliminar, mapa de risco, histórico de consumo anterior, pesquisa de preços, mapa de cotação nº 023/2026, pedido de compras, termo de referência, despacho, análise da auditoria, estudo técnico preliminar, termo de referência, despacho, despacho da Controladoria de Licitações, termo de referência, despacho, certidão, minuta do edital, Decreto que designa os agentes de contratação, despacho para a PGM.

Hipótese	Pregão eletrônico
Capitulação Legal	Art. 28, I da Lei n. 14.133/2021 e art. 53 da Lei n. 14.133/2021
Objeto	Registros de Preços para futura aquisição de Ultrassom Portátil para atender a Atenção Básica da Secretaria de Saúde de Vilhena e aquisição de Toner para a Central de Regulação Material de Consumo.
Valor estimado da contratação	R\$ 233.557,32 (Duzentos trinta e três quinhentos e cinquenta e sete mil reais e trinta e dois centavos).
Participação	Misto com cota reservada.

2. OPINIÃO JURÍDICA

2.1 PREGÃO ELETRÔNICO NA LEI 14.133/2021.

O inciso XXI do art. 37 da CRFB traz a obrigatoriedade imposta ao Poder Público de promover procedimento licitatório sempre que se pretenda contratar obras, serviços, compras e alienações, ressalvando-se os casos específicos trazidos pela legislação. A Lei nº14.133/2021 fixou que o procedimento licitatório é composto por sete fases, dentre elas, a fase preparatória, a qual é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual, com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, conforme os requisitos previstos nos incisos do art. 18 da mencionada lei. Também na fase de planejamento a Administração deverá considerar a expectativa de consumo anual e atender aos princípios da padronização e do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, consoante art. 40 e 47 da Lei 14.133/2021. Especificamente quanto à modalidade de licitação, nos termos do art. 29, a concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 da Lei, sendo que utilizar-se-á o pregão “sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”.

ASEMUSno id 1461657 justificou o objeto licitado como serviço comum da seguinte forma:

- 1.4. O objeto é classificado em bens e serviços comuns por apresentar padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no ato convocatório e termo de referencia, por meio de especificações usuais de mercado e executado por empresas variadas, sem diferenciação técnica complexa.

Somado a isso, justificou a necessidade da contratação da seguinte forma no id nº 1457249:

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (Art.18 §1ºInciso I da Lei 14.133/21):

3.1 A aquisição de ultrassom portátil para a Atenção Básica e de toner para a Central de Regulação é necessária para fortalecer a infraestrutura dos serviços de saúde, garantir a continuidade das atividades assistenciais e administrativas e assegurar maior eficiência na gestão do cuidado. O ultrassom portátil amplia a capacidade diagnóstica das unidades básicas, melhora a resolutividade dos atendimentos e qualifica a assistência prestada à população. Já o toner é insumo essencial para o funcionamento da Regulação, viabilizando a emissão de documentos, autorizações, relatórios e registros indispensáveis à organização dos fluxos assistenciais.



4. JUSTIFICATIVA E RAZÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO: 4.1 A aquisição é necessária para garantir a continuidade e eficiência dos serviços públicos de saúde, fortalecendo a estrutura da Atenção Básica e assegurando o funcionamento regular da Central de Regulação. O ultrassom portátil possibilita a ampliação da capacidade diagnóstica e a melhoria da resolutividade dos atendimentos, enquanto o toner é insumo indispensável para a operacionalização dos processos de regulação, agendamento e gestão da informação. Dessa forma, a contratação é essencial para assegurar a qualidade da assistência, a organização dos fluxos assistenciais e a efetividade da gestão pública em saúde.

Posto isso, a modalidade escolhida está correta considerando que a natureza do objeto/serviço é comum.

2.2 Justifica para o parcelamento ou não da solução.

No caso em tela, o tipo de licitação escolhido foi o menor preço por item. A SEMUS justificou no id 1457313 que:

13. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (Art. 18 §1º Inciso VIII da Lei nº 14.133/21): 13.1. Justificamos que Quanto ao parcelamento da solução, informa-se que haverá parcelamento do objeto, considerando que se trata da aquisição de bens de naturezas distintas (ultrassom portátil e toner para impressoras), os quais não possuem dependência técnica ou funcional entre si, sendo, portanto, plenamente viável a divisão em itens/lotes separados, sem prejuízo à execução contratual, à funcionalidade da solução ou à economicidade, além de favorecer a competitividade do certame.

Entende-se justificado esse item.

2.3 Avaliação da adequação da instrução procedimental

Consoante expõe o art. 53 da Lei 14.133/2021, ao final da fase preparatória o processo licitatório “seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação”.

Conforme Marçal Justen Filho¹, trata-se de “exigência formal de natureza obrigatória, cuja infração pode acarretar a invalidade do processo licitatório e apresentar implicações muito sérias. A audiência da assessoria jurídica é compulsória e não pode ser dispensada, ressalvada hipóteses excepcionais, previstas no próprio dispositivo”. Nessa conjuntura, o presente segmento avalia o cumprimento dos requisitos da fase preparatória do processo licitatório na forma exposta pela legislação de regência, bem como,

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei 14.133/2021/ Marçal Justen Filho.



eventualmente, lista documentação não constante dos autos, mas exigidas em algum momento pelo ordenamento normativo aplicável ao caso. Destacam-se na instrução:

Abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado	1927/2026
Forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, apresentação de justificativa (art. 12, VI, da Lei 14133/21)	Atendido
Ato de designação dos agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação (Art. 7º, caput, da Lei 14133/21)	ID nº 1464218
Documento de formalização de demandas (art. 12, VII, e art. 72, I, da Lei 14133/21)	ID nº 1448780
Certificação de que objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual	ID nº 1457249
Estudo Técnico Preliminar, contendo, no mínimo, descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação (Art. 18, §1º, art. 72, I, da Lei 14133/21 e Art. 18, §§ 1º e 2º, da Lei 14133/21) ou manifestação justificando a ausência do documento.	ID nº 1457249
Análise de riscos (Art. 72, I da Lei nº 14133/21) ou manifestação justificando a ausência do documento.	ID nº 1449173
Manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua dispensa no caso concreto (Art. 5º e art. 11, I e IV, da Lei 14133/21) ou manifestação justificando a ausência do documento.	ID nº 1457249
Projeto Básico ou Termo de Referência (Art. 72, I, da Lei 14133/21)	ID nº 1461657
Edital da licitação (Art. 18, V, da Lei 14133/21)	ID nº 1464216
Caso o objeto contemple itens com valores inferiores a R\$80.000,00, eles foram destinados às ME/EPPs e entidades equiparadas ou foi justificada a não exclusividade	ID nº 1461657
Orçamento estimado com as composições detalhadas dos preços utilizados para sua formação	ID nº 1461657
Certificação que o valor previamente estimado da contratação está compatível com os valores praticados pelo mercado.	ID nº 1461657
Havendo vedação de determinada marca ou produto, indicar a existência de processo administrativo em que esteja comprovado que não atendem às necessidades da Administração (Art. 41, III, da Lei 14133/21)	-
Certificação de que a determinação do quantitativo a ser adquirido considerou a estimativa de consumo e utilização prováveis (Art. 40, III, da Lei 14133/21)	ID nº 1449175
Previsão de recursos orçamentários, com a indicação das respectivas rubricas. (Art. 72, IV, da Lei 14133/21 e art. 60 da Lei nº 4.320/64)	ID nº 1461657



É imperiosa, portanto, a correção da instrução dos autos, com a elaboração e juntada da pendência instrutória acima destacada, de modo a dar a devida regularidade à contratação pretendida.

2.5 Das exigências para utilização do SRP

Quanto às exigências para o Sistema de Registro de Preços, a Lei n. 14.133/2021 elenca os seguintes requisitos mínimos:

Se a licitação é para SRP	SIM
Especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida	ID nº 1464216
Estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos não-participantes, observado o disposto no art. 82, inciso I e II da Lei n. 14.133/2021, no caso de o órgão gerenciador admitir adesões;	ID nº 1464216
Quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;	ID nº 1464216
Condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados	ID nº 1464216
Critérios de aceitação do objeto	ID nº 1464216
Prazo de validade do registro de preço, observado o disposto no caput do artigo 84 da Lei 14.133/2021	ID nº 1464216
Condições para alteração de preços registrados	ID nº 1464216

Em relação à minuta da ata de registro de preços (anexo nº 1458764), verifica-se que atende às exigências do art. 85 e seguintes da Lei n. 14.133/2021, agregando as cláusulas obrigatórias insculpidas nas referidas normas, considerada sua característica materializadora da relação jurídica, conforme orientação doutrinária².

² É relevante assinalar que o registro de preços produz um vínculo jurídico entre a Administração e o licitante vencedor. Trata-se de uma relação jurídica de natureza contratual, que se peculiariza por se tratar de uma espécie de contrato preliminar. Na “ata” estão estabelecidas as condições obtidas na licitação e ali se formaliza a obrigação do particular de promover as contratações futuras nos termos obtidos no certame. Por outro lado, a Administração também é vinculada pelas condições obtidas na licitação e formalmente previstas na ata. Isso não significa que a Administração seja obrigada a contratar. O que se estabelece é que o contrato fundado num sistema de registro de preços deverá ser compatível com as condições resultantes do certame e complementadas na “ata. (...) A “ata” de registro de preços” está para o SRP assim como o instrumento de Contrato está para os contratos administrativos específicos. É o documento que formaliza um acordo de vontade entre as partes, estabelecendo direitos e obrigações recíprocos e as condições das prestações que serão executadas no futuro. (Justen Filho, marçal – Comentários à lei de licitações e contratos

3. Do instrumento de contrato ou equivalente

No caso em apreço, trata-se de Pregão com Sistema de Registro de PreçosSRP, merecendo destaque que a ata de registro de preços não se confunde com o instrumento de contrato, que tem como finalidade formalizar a relação jurídica decorrente de eventual contratação pautada na ARP. Assim, para realização do pregão com sistema de registro de preços não consta necessária/obrigatória a juntada da minuta de contrato, uma vez que sequer há obrigatoriedade da Administração em efetivamente contratar os itens presentes na ARP, conforme dispõe o próprio art. 82 da Lei n. 14.133/21.

Todavia, informo a juntada da minuta do contrato no anexo nº 1485026.

4. Da divulgação

A Administração Pública (art. 37 CRFB e, dentre outros, art. 5º da Lei nº 14.133/2021) deve dar publicidade às contratações realizadas, especialmente do edital e todos os elementos do edital, incluídos minuta de contrato, termos de referência, anteprojeto, projetos e outros anexos, deverão ser divulgados em sítio eletrônico oficial na mesma data de divulgação do edital, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso, conforme determina o §3º do art.25 da Lei n.14/133/2021. Essa divulgação deverá ocorrer tanto no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) (arts. 54 e 174, §2º, inciso III), quanto em Diário Oficial do respectivo ente³. Assim sendo, registra-se a necessidade de publicação do edital e dos seus anexos, na forma do art. 54 e art. 174, § 2º , inciso III, da Lei 14.133/2021.



Assinado por:
MUNICÍPIO DE VILHENA
IGOR DEMÉTRIO VANUCCI CARDOSO



26/02/2026 08:37:53

<https://vilhena.oxxy.eletoch.com.br/protocolo/consulta-autenticidade/?identificador=126452af-7a08-49a9-b028-d9adc735449c>
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

5. Conclusão

Ante o exposto, **a PGM opina pela viabilidade jurídica da licitação.**

S.M.J. esse é o parecer jurídico.

administrativos / marçal justen Filho – 17. Ed. rev., atual., e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, páginas 316/317.

³Art. 54. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). § 1º Sem prejuízo do disposto no caput, é obrigatória a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, bem como em jornal diário de grande circulação. § 2º É facultada a divulgação adicional e a manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos em sítio eletrônico oficial do ente federativo do órgão ou entidade responsável pela licitação ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, admitida, ainda, a divulgação direta a interessados devidamente cadastrados para esse fim. § 3º Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, se o órgão ou entidade responsável pela licitação entender cabível, também no sítio referido no § 2º deste artigo, os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos.



Vilhena, 12 de fevereiro de 2026.

Igor Demétrio Vanucci Cardoso

Procurador Municipal

